



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1002811-76.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária**  
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**  
 Requerido: **REGINALDO DOMINGOS BORGES DA SILVA ME**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A** move ação contra **REGINALDO DOMINGOS BORGES DA SILVA ME**, dizendo que celebraram o contrato de financiamento nº 107/20016101812, tendo ficado em garantia fiduciária a favor da autora o veículo marca FORD, modelo F250 XL L, ano de fabricação 2000, cor preta, placa CZF-2601, chassi 9BFFF25L7YD030937, financiamento que deveria ser liquidado em 48 parcelas, com vencimento mensal e sucessivo a partir de 30.12.2010. O réu deixou de cumprir a obrigação assumida naquela avença, incorrendo em mora, dando margem à rescisão do contrato, pois não efetivou o pagamento das parcelas nº 36 e seguintes, vencidas em 30.11.2013 e meses subsequentes, conforme provado pela notificação, estando a dever até 28.03.2014, R\$ 9.754,19. Pede a busca e apreensão do veículo, consolidando-o na posse e domínio da autora, condenando-se o réu no pagamento de honorários advocatícios e custas processuais. Documentos diversos às fls. 4/27.

A liminar foi concedida e executada às fls. 52/53. O réu foi citado e contestou às fls. 64/68 alegando que passou por dificuldades financeiras no final do ano de 2013, o que o impediu de prosseguir no pagamento das parcelas do financiamento. Sobre os valores inadimplidos, a autora acresceu valores exorbitantes a título de correção monetária, comissão de permanência, juros de mora, multa contratual e outros, inviabilizando ainda mais o pagamento por parte do réu. O valor devido não pode ultrapassar o valor do veículo alienado. Este é utilizado nas atividades laborais do réu. Pela improcedência da demanda, possibilitando ao réu o pagamento do valor efetivamente devido, restituindo-se, com urgência, o veículo ao réu.

**É o relatório. Fundamento e decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

A autora exibiu o contrato de financiamento, constituição da alienação fiduciária sobre o veículo, a notificação do réu para constitui-lo em mora, mas o devedor deixou de purgá-la, dando ensejo à propositura desta ação. A autora está provida do interesse processual de assumir a plenitude da propriedade sobre o veículo.

As alegações do réu são inconsistentes. Tivesse ânimo para purgar a mora, teria exercido esse direito logo nos 5 dias que sucederam a busca e apreensão. Este Juízo eliminaria eventuais excessos de cobrança se praticados pela autora. O contrato de financiamento não contém abusividade alguma. A defesa do réu nesse particular pautou-se pela generalidade e em nada lhe aproveita.

Logo depois do réu ter incorrido em mora, caso tivesse se defrontado com pedidos abusivos por parte do réu quanto aos encargos moratórios, ser-lhe-ia possível promover ação de consignação em pagamento para o depósito do justo valor. Como nada disso aconteceu, segue-se que o réu, através das genéricas e inconsistentes alegações, tenta minar o exercício da pretensão deduzida na inicial.

Diante disso, o pedido inicial é integralmente procedente, de modo a consolidar a posse direta e o domínio pleno do veículo em favor da autora.

**JULGO PROCEDENTE** a ação para rescindir o contrato de financiamento com alienação fiduciária, em face do inadimplemento contratual por parte do réu, consolidando na posse e domínio pleno da autora o veículo apreendido à fl. 53, ficando levantado o depósito judicial, autorizando a autora à venda extrajudicial do bem. A própria autora providenciará a baixa do gravame que pesa sobre o veículo (§ 1º, do art. 3º, do Decreto Lei 911/69, redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931/04). Condene o réu a pagar à autora, R\$1.200,00 de honorários advocatícios, arbitrados nos termos do § 4º do art. 20 do CPC, com reajuste monetário a partir do seu ajuizamento, além das custas processuais e as de reembolso, **devendo, inclusive, comprovar o recolhimento da taxa CPA relativa ao instrumento de fl. 72, sob pena de desentranhamento daquela peça.**

P. R. I.

São Carlos, 27 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**